

Mediação social e agroecologia: trajetórias e desafios dos agentes do Núcleo Missões da Rede Ecovida de Agroecologia¹

Social mediation and agroecology: trajectories and challenges of agents of Missões Nucleus from Ecovida Agroecology Network

Cristina Bremm²
bremmcristina@gmail.com

Everton Lazzaretti Picolotto³
everton.picolotto@ufsm.br

Resumo

O processo de modernização da base técnica da agricultura alterou significativamente a relação dos camponeses com sua forma tradicional de praticar agricultura. De indivíduos autônomos eles se tornaram subordinados aos conhecimentos cientificamente válidos que passaram a receber dos agrônomos. Ao longo das décadas de 1970 a 1990, os movimentos sociais e ambientalistas passaram a defender novas formas de praticar agricultura. No Sul do Brasil foi criada a Rede Ecovida de Agroecologia como espaço de discussão e articulação sobre agroecologia, pautando um novo modo de relacionamento entre agricultores e técnicos. Considerando esse contexto, o objetivo desse artigo é tratar da complexidade nas relações de mediação social envolvendo agricultores ecologistas, técnicos e dirigentes vinculados ao Núcleo Missões da Rede Ecovida de Agroecologia, localizado no noroeste do estado do Rio Grande do Sul. O tema revela sua pertinência devido ao grande número de técnicos e agrônomos formados em cursos cujas grades curriculares priorizam o estudo da prática da agricultura convencional. Os resultados do trabalho revelam que apesar dos mediadores realizarem esforços para reformular sua prática de trabalho e torná-la mais dialógica e participativa na interação com as famílias agricultoras ecologistas, existem assimetrias de poder entre os agentes devido aos capitais culturais, simbólicos, habitus e inserções sociais distintas na agricultura.

Palavras-Chave: Agroecologia; Mediação Social; Poder; Certificação Participativa; Rede Ecovida de Agroecologia.

Abstract

The process of modernization of the technical basis of agriculture has significantly changed the relationship of peasants with their traditional way of practicing agriculture. From autonomous individuals they became subordinate to scientifically valid knowledge they have received from agronomists. Throughout the 1970s to 1990s, the social and environmental movements started to defend new forms of farming. In southern Brazil was created the Ecovida Agroecology Network as a discussion and articulation space on agroecology, guiding a new mode of relationship between farmers and technicians. Considering this context, the purpose of this article is to deal with complexity in social mediation relations involving ecological farmers, technicians and leaders linked to Mis-

¹ Este artigo é resultado da dissertação de mestrado da primeira autora (BREM, 2018), cuja pesquisa contou com o financiamento da Capes, instituição à qual somos muito gratos.

² Licenciada e Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

³ Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Professor do Departamento de Ciências Sociais e dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

sões Nucleus from Ecovida Agroecology Network, located in the northwest of Rio Grande do Sul state. This theme reveals its pertinence due to the large number of technicians and agronomists graduated in courses whose curricular degrees prioritize the study of conventional agriculture. The results of the study reveal that despite the mediators making efforts to reformulate their work practice and make it more dialogic and participatory in the interaction with the ecological farming families, there are asymmetries of power between the agents due to the cultural and symbolic capitals, habitus and different social insertions in agriculture.

Keywords: *Agroecology; Social Mediation; Power; Participatory Certification; Ecovida Agroecology Network.*

Introdução

Ao pensar sobre a prática de assistência técnica voltada à agricultura ecológica ou orgânica, muitas vezes imaginamos profissionais capacitados em cursos técnicos e superiores em agroecologia trabalhando junto aos/às agricultores/as ecologistas. Contudo, a observação da realidade cotidiana nos revela que ainda são muitos os profissionais formados em cursos de agronomia, técnico agrícola ou técnico agropecuário que enfrentam desafios para reorientar suas práticas profissionais no trabalho com agroecologia devido à ênfase atribuída à agricultura convencional ao longo de suas formações.

A agricultura convencional ou moderna passou a ser conhecida mundialmente no período do pós Segunda Guerra Mundial. Nessa época organizações e grupos econômicos internacionais fortaleceram suas ações de expansão por meio da criação de empresas de assistência técnica para a difusão de técnicas e tecnologias modernas de produção para a agricultura. Para isso, no Brasil, contaram com a parceria de representantes do Estado, dos grandes proprietários rurais e de setores conservadores da sociedade brasileira. Assim, os agentes da modernização tecnológica atuavam indicando um pacote tecnológico moderno às famílias agricultoras: sementes selecionadas e melhoradas geneticamente, adubos e fertilizantes químicos, agrotóxicos e a orientação para a tomada de crédito bancário para a compra de máquinas e equipamentos agrícolas. Nesse período os cursos de agronomia também tiveram suas grades curriculares adaptadas em prol da prática da agricultura moderna que teria por objetivos erradicar a fome mundial, aumentar a produção de alimentos e superar o atraso histórico que a agricultura representava na economia.

Contudo, esse processo de modernização da agricultura brasileira foi associado por diversos autores à via da modernização conservadora (MOORE JR., 2010). Nesse modelo, os governantes buscaram implementar um padrão de organização social e de Estado por meio da imposição do capitalismo e da industrialização. Foi estabelecido um governo central forte e hábil

no tratamento e no convencimento dos elementos reacionários dentro das classes altas proprietárias; e construída uma máquina burocrática poderosa que possibilitou aos governos se libertarem de pressões reacionárias, populares e radicais, por meio de instituições de repressão, dos militares e da polícia. Esses foram os fatores que asseguraram o êxito da via da modernização conservadora. Ao mesmo tempo, a propaganda realizada pelo governo em torno da modernização técnica na agricultura deu conta de que esse processo se destinava à melhoria de vida dos pequenos e médios produtores quando, na verdade, tinha o intuito de conter revoltas populares e responder às expectativas das elites agrárias (FONSECA, 1985; PALMEIRA, 1989; DOMINGUES, 2002).

Dessa maneira, a modernização de base técnica da agricultura foi realizada sem a participação popular camponesa e terminou por prejudicar o estabelecimento da democracia e de instituições livres porque não alterou as bases estruturais da sociedade. Os impulsos iniciais das políticas de crédito rural subsidiado não foram destinados às culturas alimentares produzidas pelos camponeses e colonos. Na prática, o crédito de custeio para a produção favoreceu apenas as culturas produzidas em larga escala, como o café, a soja, o trigo a cana-de-açúcar e, um pouco mais tarde, o milho e o arroz, favorecendo os grandes e alguns médios produtores mais capitalizados (MARTINE, BESKOW, 1987). Com isso, a agricultura foi adequada ao mercado e suas relações estendidas para zonas mais vastas de produção de *commodities*⁴ exportáveis, em detrimento da produção familiar para o consumo e para a venda nos mercados locais (PALMEIRA, 1989; WANDERLEY, 2003; DOMINGUES, 2002; DELGADO, 2005).

O papel desenvolvido pelos agentes de extensão rural na adoção do pacote tecnológico do modelo da modernização agrícola foi fundamental. A prática de extensão rural foi colocada como um projeto comunitário e educativo que propunha aos agricultores a melhoria de seus padrões de vida, higiene, saúde e educação, junto ao aumento da produtividade dos seus cultivos. Contudo, a maioria das atividades de formação realizadas nas comunidades rurais ignorava totalmente a cultura local e tinha

⁴ *Commodities* são mercadorias com baixo valor agregado. Neste caso, produtos primários oriundos da agricultura, como soja, milho, trigo, café, algodão, entre outros, que são produzidos e destinados à venda para outros países onde serão processados e industrializados.

como objetivo convencer os camponeses a adotar as técnicas modernas de agricultura, como práticas cientificamente válidas, na resolução dos seus problemas. Partia-se do pressuposto de que os camponeses eram incapazes de compreender conceitos técnicos e teóricos por seu baixo nível cultural. Por isso era feito uso de métodos audiovisuais, como a projeção de filmes, fotografias, exposição de cartazes, folhetos, eram realizados programas de rádio, campanhas comunitárias, atividades coletivas e criadas propriedades experimentais para as quais os agricultores eram levados para aprender a produzir de forma "moderna" (FONSECA, 1985).

Portanto, no modelo de assistência técnica da modernização agrícola coube aos técnicos e agrônomos, considerados detentores dos conhecimentos da ciência moderna, estender seus conhecimentos científicos às famílias agricultoras numa ação educativa unidirecional e avessa à possibilidade de diálogo, de apropriação e de ressignificação da parte dos camponeses sobre os conhecimentos trazidos pelos agentes peritos (FREIRE, 1975). A forma tradicional como as famílias praticavam agricultura era considerada arcaica. Como foi observado por Wanderley (2003), na agricultura moderna os agentes extensionistas tornaram-se "mestres", instrutores dos agricultores que passaram a estar subordinados aos seus conhecimentos.

A partir do final da década de 1970, e ao longo das décadas de 1980 e 1990, grupos de agricultores e trabalhadores rurais, com ou sem terras, descontentes com esse modelo tecnológico excludente, com as políticas de crédito agrícola, com a assistência técnica recebida, com as intoxicações sofridas pela utilização de agrotóxicos e, também, agricultores que nunca utilizaram o pacote tecnológico da modernização agrícola, ou o utilizaram parcialmente, passaram a se articular em prol de uma agricultura alternativa. Nesse processo, retomaram e ressignificaram práticas e conhecimentos próprios de seus antepassados camponeses, segundo padrões ecológicos emergentes, e criaram as primeiras redes e projetos de produção alternativa no Brasil. A exemplo da Rede Projeto Tecnologias Alternativas (Rede-PTA) e da Rede Tecnologias Alternativas-Sul (Rede TA-Sul) que agregavam uma série de ONGs atuantes com assistência técnica voltada à agricultura ecológica (BRANDENBURG, 2002; ALMEIDA, 2003; LUZZI, 2007).

Com base nas experiências de ecologização assessoradas pela Rede TA-Sul e nas primeiras experiências de comercialização em feiras ecológicas realizadas pelos agricultores, em 1998 foi fundada a Rede Ecovida de Agroecologia no Sul do Brasil. Essa rede foi criada como resultado da necessidade sentida pelos agricultores, e suas organizações, em torno da ampliação do debate sobre a agricultura ecológica, sobre a regulamentação da

certificação orgânica no país e sobre a necessidade de criação de políticas públicas voltadas à agroecologia. Sua proposta de atuação defende a adoção de uma metodologia de assistência técnica e de certificação participativa da produção orgânica na qual agricultores e técnicos são considerados agentes ativos no processo, utilizando-se de ações coletivas e endógenas como tentativa de negociação e equilíbrio entre o laudo técnico e a palavra dos agricultores (RADOMSKY, 2009, 2010; PEREZ-CASARINO, 2012; LUCION, 2016).

Considerando essa apresentação inicial sobre a emergência da Rede Ecovida de Agroecologia no Sul do Brasil, e sua proposta por um modelo diferenciado de relacionamento entre agricultores e técnicos, este artigo tem como objetivo discutir as relações de mediação social entre técnicos, agricultores e dirigentes vinculados ao Núcleo Missões da referida Rede, localizado na região das Missões e da Fronteira Noroeste do estado do Rio Grande do Sul (RS). Mais precisamente, procura-se identificar e analisar a complexidade nas relações entre agentes vinculados a uma Rede que propõem o desenvolvimento de uma metodologia de trabalho mais dialógica e participativa durante os processos de certificação participativa da produção orgânica e de assistência e acompanhamento técnico em relação aos cultivos agroecológicos. Isso tendo em vista que a maioria dos técnicos e agrônomos que orientam as famílias agricultoras ecologistas continuam sendo formados em cursos superiores cujas grades curriculares são voltadas à concepção de agricultura difundida pelo modelo da modernização agrícola, implementado durante o período do regime militar e aprofundado nas décadas seguintes.

A metodologia de trabalho adotada na pesquisa compreendeu: a realização de 19 entrevistas semi-estruturadas, sendo 12 delas com famílias agricultoras e 07⁵ com mediadores; análise documental das atas de reuniões envolvendo o Núcleo Missões; e observação participante durante reuniões, seminários, visitas às propriedades das famílias agricultoras e dias-de-campo ocorridos entre o período de julho a dezembro de 2017. Por meio desses instrumentos procurou-se atentar para aspectos, escritos e narrados, que constituíram rupturas, descontinuidades, reformulações e ressignificações das ações que vinham sendo realizadas anteriormente por esses agentes, impactando os projetos de vida que norteiam suas trajetórias. O ato de "se colocar no lugar de", recomendado por Bourdieu (2011), estimulou a construir os dados no sentido de entender de qual espaço social os interlocutores estão falando, quais foram suas experiências de vida e de socialização anteriores, ou seja, esquadrihar as estruturas invisíveis que permeiam o discurso. Esse exercício foi importante para entender quais os motivos que levaram os agentes dessa pesquisa a se engajar no

⁵ No caso das famílias agricultoras, optou-se por entrevistar pessoas que estão envolvidas com o trabalho e o movimento agroecológico a mais tempo e também aquelas que entraram no Núcleo recentemente. Os 07 mediadores entrevistados foram escolhidos segundo o alcance de suas trajetórias em relação ao contato com os movimentos sociais do campo e suas organizações políticas, sendo que 03 deles participaram ativamente do processo que levou à criação do Núcleo Missões e 04 se aproximaram dos trabalhos desenvolvidos pelo Núcleo alguns anos mais tarde. Também foram escolhidos pelo fato de estarem vinculados a entidades de natureza diferente (Ong, cooperativa, instituição privada).

trabalho com agricultura ecológica e com a mediação social, o que envolveu a identificação dos capitais que os agentes trazem ou não de suas experiências pregressas.

O artigo está estruturado em cinco seções. Além da introdução, na segunda seção é apresentada a trajetória de agricultura familiar da região e a trajetória coletiva de ecologização que levou à formação do Núcleo Missões da Rede Ecovida de Agroecologia. As trajetórias individuais dos agricultores e mediadores são abordadas na terceira seção que explora as concepções de agroecologia e os projetos de vida individuais dos agentes em relação à agricultura ecológica. Na quarta seção é discutida a prática de assistência técnica desenvolvida no Núcleo, como ocorre o aprendizado de agricultor a agricultor e as situações nas quais foram percebidas dependências e assimetrias de poder. Por fim, na quinta seção são apresentadas as principais considerações sobre o caso em estudo.

As experiências de agricultura familiar e a trajetória de formação do Núcleo Missões da Rede Ecovida de Agroecologia

Nesta pesquisa adotamos o conceito de trajetória descrito pelo sociólogo Pierre Bourdieu para tratar da trajetória coletiva do Núcleo Missões e das trajetórias individuais dos agentes nele envolvidos. Segundo Bourdieu (2006), uma trajetória é uma série de posições ocupadas, ao longo do tempo, por um agente (ou grupo) situado em um espaço social onde se exprimem as disposições do *habitus* e no qual está confrontado aos demais agentes. Nesse sentido, a trajetória social de um indivíduo ou de uma coletividade não se sucede somente segundo suas escolhas, mas está sujeita ao confronto com as posições ocupadas pelos demais agentes sociais e à desigual distribuição de capitais presentes naquele universo social. Nessa perspectiva, no estudo das trajetórias sociais é preciso cotejar os elementos estruturais que condicionam os agentes sociais com os sentidos que estes dão aos acontecimentos que conferem unidade, revelam um norte e que também podem ser apontados pelos indivíduos como organizadores do seu projeto de vida, do passado e do futuro (FACINA, 2001).

A esse respeito, Velho (1981) e Vianna (2001) identificam que não existem projetos de vida puramente individuais, uma vez que o projeto é uma mistura de fatores históricos, sociais, culturais, psicológicos e emocionais que impossibilitam sua constituição como fenômeno estritamente subjetivo. Portanto, os projetos contêm em si a dualidade entre a liberdade de escolha dos indivíduos e o campo das possibilidades e restrições de escolha histórica e socialmente definido. Isso ocorre porque a identificação e a existência de um projeto individual formatado por um agente passa pela verbalização desse projeto ao público para que ele seja reconhecido e aceito pela coletividade, mesmo quando a coletividade é representada por grupos menores como

a família ou a comunidade moral da qual o sujeito participa.

Nesse sentido, em relação à trajetória coletiva de agricultura familiar na região das Missões e da Fronteira Noroeste do RS foi possível perceber que historicamente essas regiões são marcadas pela prática da agricultura em pequenas e médias propriedades, tendo como objetivo a reprodução social do grupo familiar por meio da comercialização de alimentos destinados ao consumo das famílias brasileiras, como feijão, batata-doce, aipim, milho, pipoca, amendoim, frutas, verduras, legumes, carne, leite e seus derivados. Com a modernização agrícola muitas famílias apostaram na produção de soja, milho, trigo, leite e fumo como os principais produtos da propriedade destinados à comercialização. Contudo, no caso das famílias agricultoras ecologistas pesquisadas percebeu-se que muitas delas adotaram apenas parcialmente o pacote tecnológico da agricultura moderna e algumas não tinham por prática utilizar fertilizantes químicos e agrotóxicos nas produções.

A partir de meados da década de 1980 a região ficou marcada por movimentos de oposição à construção de barragens no leito do Rio Uruguai e manteve contato com as discussões sindicais realizadas em outras regiões em torno da corrente rural da Central Única de Trabalhadores (CUT-Rural). Foi a participação nos movimentos sociais dos atingidos por barragens (MAB), dos pequenos agricultores (MPA), nos movimentos sindicais da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag), da CUT-Rural e nas discussões ambientais realizadas junto às Igrejas Católicas (Dioceses), Luteranas (IECLB) e Anglicanas (IEAB) que incentivou as famílias agricultoras da região a procurar tecnologias alternativas de produção para a agricultura. Várias opções foram testadas como saída para a crise agrícola, agrária, econômica e ambiental que estava levando à migração acentuada de famílias agricultoras para as regiões metropolitanas do estado. Algumas tentativas realizadas foram a retomada da criação de suínos, porém dentro do padrão de integração industrial dos agricultores às empresas de insumos e processamento da carne; o estabelecimento da cadeia produtiva do leite que permitiu a comercialização de um produto antes destinado principalmente ao consumo doméstico; a implementação de algumas experiências de produção de fruticultura, especialmente nas regiões declivosas favorecidas pelo microclima da encosta do Rio Uruguai; horticultura; piscicultura; criação de rãs e coelhos; agroindustrialização de alimentos. Contudo, essas experiências se mostraram limitadas para a reprodução social familiar nas pequenas propriedades da região porque esbarraram na falta de mercados compradores para os pequenos volumes de alimentos produzidos pelos agricultores.

Em virtude disso, durante as décadas de 1990 e de 2000 os agricultores e suas organizações de representação decidiram transformar algumas associações de pequenos agricultores em cooperativas agropecuárias de agricultura familiar, geralmente uma por município, com o intuito de viabilizar o processamento e a comercialização para as famílias que tinham uma produção alimentar bastante diversificada, mas em pequena escala. O incentivo ao cooperativismo, à economia solidária e à produção

agroecológica foi estimulado através de vários programas desenvolvidos pelas entidades da região.

Desde 1993, quando foi realizado o II Encontro Regional da Pequena Propriedade (ERPP), o Departamento de Educação e Comunicação da Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste (Cooperluz) tomou a iniciativa de realizar e custear o Programa de Cooperativismo nas Escolas (PCE) com a preocupação de estimular as crianças e os jovens da região, principalmente rurais, a pensar a cooperação como alternativa para o desenvolvimento da região e a crise na agricultura familiar (ANDRIOLI, 2007). Após a realização do III ERPP, a Cooperluz em conjunto com a Associação dos Sindicatos de Trabalhadores Rurais Fronteiriços (ASTRF) passaram a desenvolver o Programa de Formação da Agricultura Familiar (PAF) que tinha por objetivo discutir práticas orgânicas e ecológicas na produção de alimentos buscando tornar a agricultura familiar autossustentável. Além da produção ecológica e da organização da propriedade, no PAF era discutida a cooperação na agricultura familiar por meio de cursos, palestras e outras atividades (BERNARDI, 2011). Outro programa desenvolvido pela Cooperluz é o Programa Cooperação Ativa (PCA) que visa à formação para o desenvolvimento sustentável e o apoio financeiro às instituições que prestam assessoria técnica aos agricultores com o intuito de viabilizar as cooperativas familiares (COOPERLUZ ONLINE, 2018). A realização desses programas, PCE, PAF e PCA, contribuiu para ampliar e multiplicar os debates realizados nos ERPPs, quando se chegou à conclusão da necessidade de fortalecer e consolidar alternativas de produção, processos de organização e canais de comercialização para os pequenos agricultores.

Como resultado das discussões desenvolvidas pela Cooperluz e entidades parceiras, no ano de 2002 foi criada a Cooperativa Central de Agricultura Familiar (Unicooper), em Santa Rosa, para reunir as cooperativas de agricultura familiar criadas em diversos municípios da região, fortalecer sua organização e viabilizar mercados para os agricultores. Atualmente essa central reúne cerca de 15 cooperativas e seu enfoque é direcionado para a produção orgânica, ecológica ou em fase de transição com vistas a incentivar a sustentabilidade na agricultura familiar (UNICOOPER ONLINE, 2018). Ela atua fornecendo produtos biológicos às famílias agricultoras ecologistas; possui um ponto de comercialização de alimentos orgânicos em Santa Rosa; e disponibiliza um caminhão que recolhe e transporta os alimentos das famílias associadas para um grupo de 250 consumidores do município de Santo Ângelo.

Um ano antes da criação da Unicooper, as entidades da região fundaram uma nova Ong no município de Santa Rosa, a Associação Regional de Educação, Desenvolvimento e Pesquisa⁶

(Arede), com o intuito de disputar e arrecadar recursos federais e estaduais para a realização de ações com os agricultores familiares ecologistas inseridos nas cooperativas de agricultura familiar. Os mediadores da Arede foram os principais responsáveis pelo processo de aproximação dos agricultores da região com a Rede Ecovida de Agroecologia, o que resultou na criação de um Pré-Núcleo regional da Rede no ano de 2007 – o Núcleo Missões – e em sua ativação oficial no ano de 2013 quando foram certificadas as primeiras 31 famílias agricultoras ecologistas organizadas em 06 grupos de produção locais.

Ao longo da década de 2000 e 2010 os mediadores que participaram da criação da Arede iniciaram intercâmbios e movimentos em direção da reaproximação com técnicos, agricultores e articuladores de núcleos da Rede Ecovida já formados até a época, como o Centro Ecológico, o Centro de Tecnologias Alternativas Populares (Cetap), os Núcleos Litoral Solidário, Serra e Planalto. Ao longo dessas aproximações, muito em função das trajetórias individuais de cada mediador, relações que já haviam sido estreitadas no passado, em trabalhos realizados fora da região de abrangência do Pré-Núcleo Missões, foram retomadas e reforçadas. Isso resultou na troca de mudas; na vinda de mediadores da Serra e do Centro Ecológico para proferir palestras aos agricultores; em convites para viagens aos outros Núcleos da Rede; e no convite às entidades da região das Missões para apresentarem a proposta de sua entrada na Rede, enquanto um Núcleo Regional, no 5º Encontro Ampliado da Rede Ecovida de Agroecologia, realizado no município de Praia Grande (SC) no ano de 2005.

Contudo, a aceitação do Núcleo Missões como integrante da Rede Ecovida em 2007 não implicou no início imediato do processo de certificação participativa de conformidade orgânica na região. Nessa época a Ong Arede sofreu problemas financeiros pela saída de algumas entidades sócias que contribuíam com sua manutenção econômica, de maneira que sua equipe técnica foi reduzida e alguns projetos e atividades de ecologização nos quais as famílias agricultoras recebiam assistência técnica foram interrompidos, o que acabou desmotivando os agricultores. Em 2008 um novo mediador chegou à região para trabalhar na Arede. Em 2010 a equipe técnica da Ong realizou um planejamento anual para implementar a certificação participativa junto às famílias ecologistas da região. Esse planejamento se tornou funcional a partir do final do ano de 2013 com o apoio de mediadores da Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/RS-Ascar) que colaboraram com a logística para a realização da certificação participativa.

Atualmente, dois mediadores do escritório regional da Emater/RS-Ascar de Santa Rosa continuam colaborando com a

⁶ A Ong Arede é uma entidade composta por entidades parceiras que contribuem para sua manutenção financeira em troca de assessoria técnica em alguns projetos e atividades. No ano de sua fundação, em 2001, ela era composta por 13 entidades associadas. Dentre elas, os Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STRs) de Santo Cristo, Porto Lucena e Porto Vera Cruz; Cooperluz; Cooperativa dos Produtores de Cana de Porto Xavier (Coopercana); Sindicato dos Empregados em Cooperativas de Produção Agrícola da Região de Santa Rosa (Sindicop); Sindicato dos Municípios de Santa Rosa; Sindicato dos Comerciantes de Santa Rosa; Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul (Cpers Sindicato) – 10º Núcleo Santa Rosa; Sindicato dos Metalúrgicos de Horizontina; Igreja Católica – Diocese de Santo Ângelo; IEAB e IECLB.

Arede – que integra e coordenadora o Núcleo Missões – por meio de parcerias firmadas para aquisição de recursos em projetos e editais voltados à produção orgânica. Esse trabalho colaborativo entre os mediadores tem garantido o deslocamento dos agricultores até municípios longínquos⁷ para a realização das visitas de certificação participativa de conformidade orgânica.

As trajetórias e projetos de vida das famílias agricultoras e dos mediadores

Ao longo da pesquisa foram percebidas diferenças entre as famílias agricultoras ecologistas em si e entre os mediadores sociais que as orientam e realizam a ligação com a Rede Eco-vida enquanto organização mais ampla. No caso das famílias agricultoras, elas se diferenciam entre si pelo tipo de inserção social que tem na agricultura, pelo *habitus* e os capitais culturais que conformaram ao longo de suas trajetórias de vida. Segundo Bourdieu (1989, 2003) o *habitus* configura uma razão prática para agir incorporada pelos agentes ao longo de suas experiências de aprendizagem implícitas ou explícitas. Ele serve como guia para orientar suas ações, escolhas e as relações que estabelecem e mantém com os demais. Por sua vez, os capitais culturais acumulados ao longo das trajetórias dos agentes podem ser apresentados no estado incorporado, na forma da fala, eloquência, oratória, do comportamento gestual e do porte corporal diante do público; no estado objetivado, quando as habilidades incorporadas auxiliam na utilização de livros, máquinas, suportes materiais e instrumentos de trabalho; e no estado institucionalizado, quando a objetivação do capital cultural confere uma garantia institucional de reconhecimento das habilidades do seu portador pelo público, a exemplo dos diplomas escolares e acadêmicos (BOURDIEU, 2007).

Nesse sentido, foram identificadas e entrevistadas famílias agricultoras ecologistas do Núcleo Missões que chamamos de "históricas" por terem longas trajetórias na agricultura e de relação com os movimentos sociais da região. Algumas delas haviam adotado totalmente o pacote tecnológico da agricultura moderna na produção, outras apenas parcialmente. Os fatores que operaram como rupturas em suas trajetórias e determinaram a mudança para a prática de uma agricultura alternativa e ecológica foram, especialmente, as intoxicações, suas e de familiares, sofridas pelo uso de agrotóxicos e a constatação da inviabilidade econômica de produzirem *commodities* convencionais em suas propriedades rurais pequenas e de relevo aci-

dentado. A participação nas discussões ambientais no interior dos movimentos sociais, sindicais e das igrejas colaborou para que reestruturassem seus cultivos e sua forma de produção, além da assistência técnica que receberam dos mediadores da Ong ASTRF e de alguns extensionistas rurais dos escritórios municipais da Emater/RS-Ascar. Essas famílias agricultoras ecologistas históricas são famílias que viveram no meio rural e trabalharam com agricultura durante a maior parte de suas vidas, sendo que seu contato com a vida na cidade e os públicos urbanos geralmente se restringe aos dias da semana nos quais elas comercializam na cidade os alimentos produzidos. Esses(as) agricultores(as) vêm ecologizando suas propriedades e cultivos desde a década de 1990 e a maior parte de suas relações de comercialização com os consumidores são assentadas sobre a confiança. Além disso, acompanharam durante anos o desenrolar do processo que culminou na implementação da certificação participativa de conformidade orgânica em 2013.

Afora essas famílias ecologistas que denominamos de trajetórias "históricas" na agricultura, foram identificadas famílias agricultoras com trajetórias de inserção recente no Núcleo Missões, cujo atual trabalho com agricultura ecológica foi precedido, em muitos casos, por períodos nos quais elas moraram e/ou trabalharam na cidade. A maioria dessas famílias foi identificada e contatada pelos mediadores da Emater/RS-Ascar, Arede e Unicooper para realizarem um processo de transição para a produção ecológica e serem inseridas numa Rede de agroecologia maior devido ao potencial que os técnicos identificaram em suas propriedades. Seja por já haver a adoção de algumas práticas e processos ecológicos por parte desses agricultores; porque foi percebida a vontade de alterar o modelo produtivo; e pela existência de barreiras vegetais naturais que conferiam isolamento em relação aos cultivos convencionais dos vizinhos (uma condição necessária para o cultivo orgânico). Algumas dessas famílias tomaram conhecimento da existência do processo de certificação orgânica participativa e procuraram se inserir em grupos ecologistas já existentes ou formaram grupos novos com vizinhos(as) e agricultores(as) de municípios próximos.

Nesse sentido, as trajetórias que levaram as famílias ecologistas de inserção recente a integrar o Núcleo Missões são bem distintas, sendo que algumas haviam trabalhado na agricultura, em moldes convencionais, antes de migrarem por algum período para a cidade e depois retornar ao meio rural. Outras viveram e trabalharam no meio urbano desde a infância e a juventude, mas decidiram viver e trabalhar no meio rural depois de aposentadas ou porque identificaram alguma oportunidade na prática da agricultura ecológica. Sendo assim, os fatores que operaram como crises ou rupturas nos projetos de vida das famílias eco-

⁷ Em 2017 o Núcleo Missões era composto por 11 grupos de agricultores ecologistas de 21 municípios que compõem 04 regiões distintas do RS, incluindo famílias de Seberi, Tenente Portela e Santiago, municípios localizados nos Coredes Celeiro e Vale do Jaguarí. Devido às limitações temporais para acompanhar as atividades desenvolvidas em todos os grupos, foram visitadas e entrevistadas famílias de 06 grupos ecologistas dos municípios de Porto Xavier, Dezesseis de Novembro, Alecrim, Santo Cristo, Cândido Godói, São Paulo das Missões, Cerro Largo, Salvador das Missões e Santa Rosa, que compõem os Coredes Missões e Fronteira Noroeste.

logistas com trajetórias de inserção recente no Núcleo Missões foram a divisão da herança familiar e a redução da propriedade; morte de cônjuge e reorientação das atividades desenvolvidas na propriedade; a saída dos filhos de casa e a aposentadoria do casal; e a falta de fornecimento de produtos alimentícios para a empresa familiar.

As diferenças nas trajetórias de vida, no *habitus*, nos capitais culturais e no tipo de inserção social das famílias ecologistas históricas e recentes na agricultura são mais visíveis quando se trata do tipo de relacionamento que elas desenvolvem com os consumidores, o que impacta diretamente na comercialização e nos preços dos produtos. Nesse sentido, percebeu-se que muitas das queixas das famílias agricultoras ecologistas históricas sobre não conseguirem agregar valor aos alimentos orgânicos ou ecológicos se devem às suas dificuldades de convencer o público consumidor que há diferenças significativas entre alimentos orgânicos e convencionais. Isso ocorre principalmente nos municípios menores e predominantemente agrícolas. Contudo, no caso das famílias agricultoras ecologistas de inserção recente muitas delas já perceberam o potencial de comercialização que os alimentos orgânicos adquirem entre públicos específicos. O fato de residirem em municípios mais urbanizados e com maior número de habitantes propicia a comercialização desses alimentos para professores, médicos, profissionais liberais e pessoas sob prescrição médica. Além disso, as experiências de trabalho e interação que tiveram junto aos públicos urbanos facilitam às famílias ecologistas de inserção recente conversar, circular e se apresentar aos consumidores com uma postura mais desinibida, diferente da postura mais reservada adotada pela maioria das famílias agricultoras tradicionais, que mantêm o *habitus* camponês. Como se não bastassem os diferentes *habitus* e tipos de inserção social na agricultura ecológica, o maior capital cultural de algumas famílias ecologistas de inserção recente, ou dos seus filhos (que possuem escolarização de nível médio ou superior e transitam melhor na cultura letrada), auxiliam na criação de estratégias de comercialização e na divulgação do processo de produção adotado na propriedade, seja via canais no Youtube ou páginas na internet (blogs, redes sociais), o que também atrai clientes novos entre públicos que procuram e valorizam esse tipo de alimento. De outra parte, as famílias agricultoras ecologistas históricas tem menor capital cultural, em sua maioria, tem baixa escolarização (de nível fundamental incompleto), aparecendo como uma desvantagem frente às de inserção mais recente no Núcleo.

Apesar de haver essas diferenças entre as famílias agricultoras ecologistas que compõem o Núcleo Missões, a maioria delas ressaltou aspectos para associar a agroecologia como um projeto coletivo de mudanças na agricultura por entenderem que ultrapassa a aplicação de certas técnicas de produção aos cultivos e ao manejo da propriedade. No entender delas, o ser agricultor ou agricultora ecologista abarca o cuidado com a limpeza da propriedade e o destino do lixo, a preservação da fauna e da flora nativa, o cuidado em não consumir alimentos processados, industrializados e com ingredientes transgênicos para manter a saúde, o bem estar e a qualidade de vida da fa-

mília e dos consumidores. Isso exige ética, ou seja, a coerência entre o discurso e a ação. É por esse conjunto de características que a agroecologia é entendida pelas famílias como uma forma de mudar suas formas de vida e suas práticas de produção. Ou seja, um projeto de vida familiar que foi constituído em relação ao projeto mais amplo da Rede Ecovida de Agroecologia e que orienta as ações desenvolvidas pelas famílias no presente com o objetivo de concretizar esse modelo no futuro. O reconhecimento e a valorização ampla por parte dos consumidores são pontos a serem alcançados futuramente por meio da implementação dos projetos individuais desses agentes em constante reformulação. Dessa maneira, a experiência coletiva partilhada pelas famílias também atua como motivador para continuarem diante dos desafios que enfrentam.

Aqui é importante observar que mesmo a agroecologia sendo entendida como um projeto de mudanças isso não significa que as famílias ecologistas tenham incorporado totalmente os preceitos ecológicos em suas práticas agrícolas e cotidianas. As famílias ainda se esforçam para assimilar algumas práticas, que variam de um caso para outro, consideradas dentro da Rede Ecovida como características do agricultor e da agricultora ecologista. Assim, "ser 100% ecologista" é considerada por muitos uma meta a ser alcançada. Contudo, o fato de serem agricultores ecologistas com certificação orgânica e continuarem a incorporar novos conhecimentos e práticas ecológicas em seu cotidiano não significa que suas ações sejam incoerentes. Se a constituição de um *habitus* em relação a uma nova forma de ser e existir implica a assimilação de novas razões práticas para a ação, os resquícios de práticas anteriores, comuns a uma antiga forma de ser e existir, não tornam essa nova forma de ser incoerente.

No caso dos mediadores sociais que trabalham com as famílias vinculadas ao Núcleo Missões percebeu-se que os papéis por eles desenvolvidos variam em função das atividades que exercem e dos capitais culturais e simbólicos que acumularam ao longo de suas trajetórias individuais e das experiências coletivas por eles vivenciadas. Classificamos os mediadores em dois tipos: os técnico-políticos e os técnicos. Os "mediadores técnico-políticos" organizam as atividades do Núcleo Missões e realizam as articulações com a direção geral da Rede Ecovida e com os mediadores de outros Núcleos da Rede. Nesse sentido, além do trabalho de mediação técnica (orientação sobre os cultivos e o acesso às políticas públicas) e social (papel organizativo, apresentar pessoas, apaziguar conflitos) desenvolvido pelos "mediadores técnicos" junto às famílias agricultoras, os mediadores técnico-políticos somam a isso o papel de lideranças no Núcleo Missões e fazem a sua relação com a Rede Ecovida de Agroecologia. Eles realizam contatos políticos, mantêm e fortalecem os vínculos (com pessoas e organizações) necessários à construção de novas políticas públicas, projetos e propostas que levem o trabalho com agroecologia, da Rede e do Núcleo Missões, adiante.

A respeito das trajetórias e projetos individuais dos mediadores cabe destacar o fato de terem realizado suas formações de nível técnico e superior em instituições de ensino diferentes⁸. Ou seja, não existiu uma instituição acadêmica que os tenha

formado em um curso voltado para agroecologia, sendo que cada um deles constituiu seu interesse pelo tema de maneira individual e procurou se aperfeiçoar, alguns realizando cursos de especialização ou de curta duração. Os únicos pontos comuns observados foram o contato de três mediadores “técnico-políticos” com a FUNDEP⁸, a participação nos movimentos sindicais e nos movimentos sociais do campo e a relação com a Rede Ecológica. Portanto, é a participação dos mediadores nos movimentos sociais do campo, em alguns casos, ou a colaboração com sua causa, em outros, que unifica seus projetos individuais em torno do projeto de agroecologia da Rede Ecológica.

Um segundo fator a ser destacado é que praticamente todos eles (seis em sete) relataram ter alguma ligação com o meio rural vivenciada na infância, seja como filhos de agricultores que trabalharam nas propriedades familiares até a juventude ou como sobrinhos que visitaram e passaram alguns períodos nas propriedades rurais de tios ou tias agricultoras. Essa origem rural ou a existência de algum vínculo afetivo de identificação com esse meio, e a população que vive e trabalha ali, acaba sendo transformada num fator de motivação para que os mediadores voltem o foco do seu trabalho para a realização de assessoria técnica ou técnico-política aos agricultores e suas organizações. Como ocorreu com as famílias agricultoras – que recorreram às suas memórias para apontar ideários ou práticas de contornos ecológicos adotadas por elas antes da entrada no Núcleo Missões –, os mediadores retomaram suas memórias da infância para dar significado e sustentação aos seus projetos de vida individuais e justificar o interesse pelo trabalho com agroecologia. Segundo Velho (2003, p. 101), isso se faz necessário porque é a associação entre a memória e o projeto de vida que fornece significado e consistência à própria identidade dos sujeitos.

Outra característica observada entre os mediadores é que o seu grau de experiência e atuação na realização de assessoria técnica ou técnico-política voltada aos agricultores ecologistas varia conforme as particularidades e o alcance das trajetórias desses mediadores, sejam elas mais longas e com maior interação com os movimentos sociais do campo, sejam elas trajetórias marcadas por contatos escassos ou recém iniciados com esses movimentos e organizações políticas. Ou seja, os mediadores mais influentes ou que causam maior impacto na vida dos agricultores ecologistas, no sentido de que são responsáveis por organizar o Núcleo, são aqueles com maior experiência e capacidade de articulação com organizações e instituições de outras regiões do RS e do Brasil. Isso porque a

certificação participativa do processo produtivo é um fator e um ganho importante nas vidas de famílias agricultoras ecologistas que passaram anos e, nos casos mais antigos, até mesmo décadas procurando assegurar a reprodução familiar na propriedade por meio da venda de alimentos produzidos sem o uso de agrotóxicos e insumos químicos.

As relações de mediação entre os agentes do Núcleo

Nessa pesquisa adotamos o ponto de vista segundo o qual uma relação de mediação pode ser interpretada como uma forma de representação de grupos sociais que, por si só, não tem conhecimento suficiente sobre as normas que regulamentam o acesso aos bens públicos. Para afirmar isso nos baseamos em Bourdieu (1989, 2004, 2007), Neves (2008), Nussbaumer e Cowan Ros (2011) e Kuschnir (2001). Apesar de Bourdieu tratar da atuação dos representantes políticos diante dos eleitores e não abordar diretamente o papel dos mediadores sociais, entendemos que a maneira como os mediadores técnico-políticos atuam com os agricultores ecologistas pode ser pensada de forma semelhante à ação dos representantes políticos. Isso porque o trabalho dos mediadores envolve representar as demandas das famílias agricultoras ecologistas perante a direção geral da Rede Ecológica de Agroecologia; diante dos representantes políticos profissionais com os quais mantém vínculos para angariar recursos materiais e financeiros via editais e projetos voltados à agroecologia; e diante das instituições do Estado. Por possuírem capitais culturais (conhecimento técnico-científico) e políticos (contatos com profissionais políticos, desenvoltura, porte, boa oratória diante dos públicos), os mediadores técnico-políticos do Núcleo Missões são reconhecidos pelas famílias agricultoras ecologistas como detentores de capitais simbólicos importantes para representá-las. Ou seja, as famílias os investem de poder para falar em seu nome em instâncias maiores. A importância do papel desenvolvido por esses mediadores pode ser visualizada pelo fato de que foram eles os responsáveis por firmar as parcerias que resultaram na criação do Núcleo, na efetivação do processo de certificação e, como resultado, no impulso dado à produção agroecológica na região.

Nessa mesma direção, Neves (2008), Nussbaumer e Cowan Ros (2011) descrevem o profissional da mediação social como o agente capaz de estabelecer vínculos entre grupos da população e as instituições do Estado. Portanto, o mediador co-

⁸ Esses mediadores são agrônomos, técnicos agrícolas e técnicos agropecuários formados em cursos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Fundação de Desenvolvimento, Educação e Pesquisa da Região Ceilero (FUNDEP), Escola Técnica Fronteira Noroeste e da Sociedade Educacional Três de Maio (SETREM).

⁹ A FUNDEP é uma instituição de ensino privada e sem fins lucrativos, idealizada e fundada por movimentos sociais populares, Ongs e instituições afins no ano de 1989 no estado do RS. A instituição era organizada em departamentos e ofertava cursos de ensino fundamental, médio (antigos 1º e 2º graus) e de formação de professores para trabalhar nas escolas dos acampamentos e assentamentos da reforma agrária. Os mediadores técnico-políticos entrevistados nessa pesquisa estudaram e/ou lecionaram na FUNDEP antes de iniciar seus trabalhos com a Rede Ecológica de Agroecologia e fundar o Núcleo Missões.

necta universos sociais distintos e cria espaços de conciliação e de negociação para incorporar a população, no caso as famílias agricultoras ecologistas, e reduzir a desigualdade de direitos ou de acesso aos bens coletivos. Conforme Kuschnir (2001, p. 157) as relações de mediação se desenrolam segundo a estrutura "obstáculo-mediação-solução", sendo que o domínio do mediador sobre os códigos e valores que regem o universo dos mediados facilita-lhe atuar na resolução dos problemas porque fornece a compreensão sobre os pontos de vista envolvidos nos universos a serem relacionados, assim como interferir na criação de novos valores e condutas. Além disso, o sucesso da prática mediadora também está associado ao modo como o mediador demonstra encarar esse trabalho, à forma como ele se compromete diante dos agricultores e aos investimentos que realiza reorientando seu projeto de vida individual de acordo com o projeto mais amplo da Rede Ecovida.

Durante as plenárias do Núcleo Missões, nas visitas de revisão da certificação e nas entrevistas com os mediadores técnicos (da Emater/RS-Ascar, Unicooper e Arede) e técnico-políticos (coordenadores e lideranças do Núcleo) percebeu-se em vários momentos que eles procuram incentivar as famílias agricultoras a buscar autonomia na produção, seja em relação às sementes, mudas, fertilizantes orgânicos e aos compostos preparados para controlar ataques aos cultivos. Existe a prática de repassar os contatos dos agricultores e técnicos que dominam certas técnicas e cultivos. Quando uma doença surge numa horta ou lavoura produtos biológicos, caldas e preparados orgânicos são indicados aos agricultores. Contudo, os técnicos respeitam a liberdade das famílias decidirem se desejam comprar ou preparar esses insumos em suas casas, sendo que muitas oficinas e dias-de-campo são realizados nas propriedades com o intuito dos agricultores dominarem o processo de preparação dos insumos biológicos e se tornarem mais independentes dos agrônomos.

Além das deliberações sobre os cultivos, outra instância na qual foi observada que a decisão dos agricultores prevalece é durante as reuniões realizadas nas propriedades após as visitas de revisão da certificação orgânica. Tanto em casos de necessidade de melhorias nos cultivos, de reforço das barreiras vegetais que isolam a propriedade ou quando foi percebido que alguma família utilizou insumos químicos ou agrotóxicos na produção, foram os integrantes do grupo ecologista afetado e os agricultores revisores desse grupo que decidiram as medidas a serem tomadas. O papel dos mediadores técnicos restringiu-se a dar sugestões a respeito. Já os mediadores técnico-políticos fizeram esclarecimentos a respeito da legislação do MAPA e das normas definidas pela Rede Ecovida de Agroecologia para a certificação participativa.

Muitas famílias também relataram que com a metodologia de trabalho coletiva empregada no Núcleo em poucos anos elas aprenderam mais que durante suas trajetórias inteiras na agricultura convencional. Isso ocorre porque na maioria dos grupos ecologistas locais as famílias agricultoras têm por prática realizar reuniões periódicas a cada dois meses na propriedade de um dos membros do grupo. Nesses encontros são discutidos os desafios enfrentados na produção e os avanços em relação aos

cultivos; são compartilhados conhecimentos sobre produtos orgânicos e plantas cujo novo tipo de utilização alguém do grupo tenha tomado ciência; é realizada a troca de mudas, sementes e receitas culinárias. Essa dinâmica de funcionamento das atividades do Núcleo é semelhante à metodologia "Camponês à Camponês" implementada em comunidades cubanas, mexicanas e indianas nas quais o potencial de territorialização da agroecologia foi expandido (ASHLESHA et al., 2017; ROSSET, 2017). Nessas condições de interação, troca de experiências e diálogo os agricultores conseguem resolver seus problemas produtivos com maior agilidade e eficiência à medida que incorporam os conhecimentos trazidos por seus pares, o que lhes confere autonomia na tomada de decisões.

Em alguns grupos ecologistas as reuniões periódicas realizadas nas propriedades também contribuíram para que as famílias estabelecessem estratégias de comercialização mais eficazes. Nas feiras ou nas cooperativas de agricultura familiar elas comercializam seus produtos em estandes coletivos ou indicam a banca de algum vizinho ecologista que possui alimentos que o seu grupo familiar não produziu. Isso auxilia na fidelização dos clientes que procuram maior variedade ou quantidade de certo tipo de alimento. As estratégias de comercialização conjunta visam reduzir os custos das famílias com a manutenção desses espaços, criar uma identidade coletiva diferenciada, enquanto agricultores orgânicos, e fortalecer o grupo diante dos consumidores. Outra riqueza gerada a partir da dinâmica de visitação intragrupal é o fato das famílias de alguns grupos não realizarem os mesmos cultivos e, mesmo quando isso ocorre, as tecnologias de produção empregadas são diversas. Assim, as possibilidades de partilhar experiências e soluções dentro do próprio grupo, recorrendo aos pares, são maiores em virtude da diferenciação de metodologias produtivas adotadas pelas próprias famílias.

Em relação aos cultivos, a maioria das famílias agricultoras ecologistas declarou não ser dependente dos mediadores técnicos por poder recorrer aos outros agricultores de seu grupo e por costumarem experimentar e adaptar os conhecimentos ao longo de suas práticas cotidianas. Contudo, em relação aos registros documentais exigidos aos agricultores para ser enviados à direção geral da Rede Ecovida, o auxílio prestado pelos mediadores técnico-políticos se mostrou fundamental, ao ponto de algumas famílias relatarem a dificuldade e a dependência que têm da coordenação do Núcleo para preencher as documentações necessárias. Isso acontece porque apesar das famílias passarem por um período de transição e adaptação nos cultivos da propriedade esse período é relativamente curto para assimilar uma prática rotineira de anotações sobre todas as transações comerciais realizadas, os produtos aplicados nos cultivos e sua procedência. Pode-se dizer que essa nova razão prática ainda não foi incorporada como uma camada no *habitus* dessas famílias agricultoras.

No entanto, além da orientação sobre a documentação a ser preenchida e a representação em instâncias externas, os mediadores são procurados pelas famílias agricultoras para interceder na resolução de situações embaraçosas, embates e oposições a

fim de que maiores constrangimentos entre os agricultores sejam evitados. Isso porque há o reconhecimento de suas posições enquanto técnicos e lideranças e porque o poder simbólico que lhes foi instituído pelas organizações nas quais trabalham permite a eles intervirem. Em algumas situações os próprios mediadores tomaram a iniciativa de interceder na resolução dos conflitos.

Por outro lado, também foram observadas situações nas quais ocorreram divergências e desentendimentos entre os agricultores e os técnicos devido às discussões levantadas e as soluções que foram por eles sugeridas. Uma dessas situações dizia respeito ao pai que foi questionado acerca dos motivos pelos quais não remunerava o filho, um jovem rural, que trabalhava na propriedade com a família. Esse agricultor ficou visivelmente desconcertado e adotou uma postura defensiva alegando a inviabilidade de uma divisão de rendas mensais. Uma segunda situação envolveu um agricultor ecologista descontente com as mudanças recorrentes na legislação sobre a confecção dos rótulos para as embalagens do açúcar-mascavo processado em sua agroindústria. Depois de ter sido informado dos erros presentes nos rótulos que mandou confeccionar, esse agricultor queixou-se da dificuldade que enfrentava para encontrar informações e pessoas que soubessem orientá-lo corretamente para que essa situação não voltasse a se repetir novamente, visto que ocasionava perdas econômicas significativas. Aqui vemos um choque entre o desejo de alavancar e ter reconhecida a produção orgânica realizada na propriedade e as exigências legais preestabelecidas para a comercialização desses alimentos.

Nos dois casos acima citados as divergências entre os agricultores e a mediadora técnica que provocou os debates em questão ocorreram porque esses agentes possuem visões e objetivos distintos em relação à agricultura, sendo que nesses embates algumas contradições internas às próprias dinâmicas familiares foram explicitadas. No caso dos agricultores, a prática da agricultura ecológica garante a reprodução social e econômica de seu grupo familiar, sendo que entraves na produção e na comercialização são empecilhos que colocam sua existência no mundo, enquanto classe social, em risco. A indivisibilidade do patrimônio familiar, observada por Chayanov (1981) no campesinato, ainda é uma dinâmica marcante nas relações entre algumas famílias agricultoras, principalmente, porque para os chefes de família (o pai ou os pais) estabelecer dinâmicas de remuneração similares ao assalariamento não é uma prática cultural recorrente, o que contribui, por outro lado, na decisão de saída dos jovens das unidades familiares de produção e, novamente, compromete a reprodução deste grupo social. Da parte dos mediadores, as perdas agrícolas e os problemas financeiros enfrentados pelas famílias agricultoras não impactam diretamente sua forma de existir no mundo: eles continuam sendo remunerados pelos trabalhos que exercem. Olhando por essa perspectiva é possível compreender as duas formas de resistência adotadas nos exemplos citados: contrariado, o primeiro agricultor terminou se calando e demonstrou não estar aberto a discutir com a mediadora, num claro sinal de que aquela questão seria resolvida mais tarde entre a própria família; o segundo questionou os ar-

gumentos da mediadora e fez questão de deixar clara sua forma de ver as coisas, repetindo-a diversas vezes.

Com base no que foi tratado até aqui podemos perceber que os agentes de intervenção social possuem e exercem algum tipo de poder sobre os mediados. Existem assimetrias e interdependências entre agricultores ecologistas e técnicos, sendo que elas revelam apenas a complexidade que envolve o mundo social. Mesmo que a forma de organização do trabalho dentro da Rede Ecovida procure estabelecer certa igualdade entre agricultores e técnicos no processo de revisão da certificação participativa em rede, a maioria das instituições e organizações externas à rede ainda seguem um padrão de estrutura centralizada e verticalizada. E mesmo que assim não o fosse, os agricultores, técnicos e dirigentes continuam marcados pelos diferentes *habitus* e capitais que incorporaram ao longo de suas trajetórias. Sendo assim, já existem diferenças simbólicas, para além das materiais.

Considerações Finais

Chega-se ao final desse trabalho com a compreensão de que uma dinâmica de relações dialógicas e participativas entre agentes distintos – em seu *habitus*, no tipo de inserção social em relação à agricultura, nos capitais conformados durante suas trajetórias e experiências de vida que resultaram nos projetos atuais de porvir – é possível, ainda que agricultores e técnicos desempenhem papéis diferentes e saibam distingui-los. O que une as famílias agricultoras ecologistas e os mediadores sociais em torno da realização do projeto coletivo da Rede Ecovida de Agroecologia é sua identificação com as causas que dizem respeito à preservação da saúde familiar (delas e também dos consumidores), o cuidado com o meio ambiente e uma melhoria na qualidade de vida que está associada com a possibilidade de permanecer trabalhando e vivendo no campo. O reconhecimento social recebido dos consumidores é uma realidade mais forte para algumas famílias da região, dependendo das localidades, enquanto as outras trabalham para ser reconhecidas pelos alimentos que produzem num processo que envolve uma relação diferenciada com a natureza. Assim, tanto para a Rede Ecovida quanto para as famílias ecologistas da região estudada, a agroecologia representa um projeto de mudança na agricultura e na sociedade, uma oportunidade de viver melhor.

No cotidiano de trabalho, os mediadores procuram superar em suas práticas as limitações encontradas na estrutura de organização e de funcionamento da Rede Ecovida e das disciplinas (convencionais) dos cursos técnicos e bacharelados em agronomia nos quais a maioria dos técnicos e extensionistas rurais se formaram. Há dedicação de sua parte para aprender com as famílias agricultoras ecologistas nas práticas cotidianas, visto que eles reconhecem que suas formações nos cursos técnicos e superiores foram majoritariamente voltadas para fornecer assistência na prática da agricultura convencional. Reformular as metodologias de trabalho aprendidas na faculdade, e os próprios conhecimentos sobre a produção agrícola, envolve cursar

especializações e formações alternativas, bem como participar de uma rede de contatos que possibilite indicar e recorrer aos conhecimentos agroecológicos de outros técnicos e facilitar intercâmbios entre os agricultores ecologistas mais experientes e aqueles que buscam solucionar seus problemas produtivos. Munidas desse instrumental de conhecimentos e dessa rede de contatos as famílias agricultoras ecologistas conseguem incorporar novas formas de lidar com a natureza e os cultivos construindo uma autonomia em relação aos técnicos.

Por outro lado, pelo que podemos perceber, se em seu trabalho os técnicos e dirigentes não definem nem impõem tecnologias e formas de manejo aos cultivos realizados pelas famílias agricultoras ecologistas, os dirigentes do Núcleo Missões ainda acumulam o papel de realizar cobranças no cumprimento das normativas que regem o processo de certificação participativa de conformidade orgânica e que possibilitam a continuidade das famílias como associadas da Rede Ecovida de Agroecologia. Essa posição ocupada pelos dirigentes do Núcleo lhes confere poder sobre as famílias agricultoras, principalmente nas situações em que a falta de maior capital cultural (notadamente o estudo) gera dependência para redigir, encaminhar e organizar a documentação referente aos cultivos e ao funcionamento do processo de certificação participativa. Esse poder só é abalado em contextos e atividades nas quais os agricultores questionam o que é proposto (sua necessidade) e a forma como isso lhes é colocado. Como a razão prática que orienta as ações das famílias agricultoras ecologistas está muito ligada à reprodução social e econômica de seu grupo familiar, ameaças à essa razão imediata geram resistências, sejam elas explícitas ou silenciosas, mesmo quando o que está sendo ameaçado não é a unidade agrícola familiar em si, mas sua forma de organização cultural ao longo da história. Ainda assim, havendo esse balanço entre dependência e autonomia entre agricultores e mediadores, a agroecologia é vista como uma boa oportunidade de mudar vidas e gerar renda para as famílias agricultoras.

Referências

- ALMEIDA, J. 2003. A agroecologia entre o movimento social e a domesticação pelo mercado. *Ensaio FEE*, 24(2): 499-520.
- ASHLESHA, K.; ROSSET, P. M.; MORALES, H.; FERGUSON, B. G. 2017. Taking agroecologie to scale: the Zero Budget Natural Farming peasant movement in Karnataka, India. *The Journal of Peasant Studies*, p. 01-28.
<http://dx.doi.org/10.1080/03066150.2016.1276450>
- BERNARDI, C. M. 2011. *Agricultura familiar e organizações cooperativas: a luta social das agricultoras familiares camponesas*. Ijuí, RS. Dissertação (Mestrado em Educação nas Ciências). Universidade Regional do Noroeste do Rio Grande Do Sul – UNIJUÍ, 174 p.
- BOURDIEU, P. 1989. *O poder simbólico*. Lisboa, Rio de Janeiro, Difel, Bertrand Brasil, 313 p.
- _____. 2003. *Questões de sociologia*. Lisboa, Fim de século, 288 p.
- _____. 2004. *Coisas ditas*. São Paulo, Brasiliense, 234 p.
- _____. 2006. A ilusão biográfica. In: AMADO, J.; FERREIRA, M. de M. (Org.), *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro, Editora FGV, p. 183-191.
- _____. 2007. *Escritos de Educação*. Petrópolis, Vozes, 251 p.
- _____. 2011. Compreender. In: *A miséria do mundo*. Petrópolis, Vozes, p. 693-732.
- BRANDENBURG, A. 2002. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, (6): p. 11-28.
- BREMM, C. 2018. *Saber, conhecimento e poder: relações de mediação entre agricultores ecologistas e técnicos no Núcleo Missões da Rede Ecovida de Agroecologia*. Santa Maria, RS. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, 187 p.
- CHAYANOV, A. V. 1981. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não-capitalistas. In: SILVA, J. G. da; STOLCKE, V. (Org.), *A questão agrária*. São Paulo, Brasiliense, p. 133-164.
- COOPERLUZ ONLINE. 2018. Quem Somos. Disponível em: <<http://www.cooperluz.com.br/quem-somos>>. Acesso em: vários acessos.
- DELGADO, G. C. 2005. A questão agrária no Brasil, 1950-2003. In: JACCOUD, L. (Org.), *Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo*. Brasília, IPEA, p. 51-90.
- DOMINGUES, J. M. 2002. A dialética de modernização conservadora e a nova história do Brasil. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, 45(3): 459-482.
- FACINA, A. 2001. A cidade de Nelson Rodrigues: observações sobre a relação entre experiência urbana e criação artística. In: VELHO, G.; KUSCHNIR, K. (Org.), *Mediação, cultura e política*. Rio de Janeiro, Aeroplano, p. 89-106.
- FONSECA, M. T. L. da. 1985. *A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital*. São Paulo, Edições Loyola, 191 p.
- FREIRE, P. 1975. *Extensão ou comunicação?* Rio de Janeiro, Paz e Terra, 93 p.
- KUSCHNIR, K. 2001. Trajetória, projeto e mediação na política. In: VELHO, G.; KUSCHNIR, K. (Org.), *Mediação, cultura e política*. Rio de Janeiro, Aeroplano, p. 137-164.
- LUCION, J. M. R. 2016. *A gramática por trás do selo: agroecologia e processos de certificação participativos*. Santa Maria, RS. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de Santa Maria – UFSM, 189 p.
- LUZZI, N. 2007. *O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais*. Rio de Janeiro, RJ. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura E Sociedade). Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, 182 p.
- MARTINE, G.; BESKOW, P. R. 1987. O modelo, os instrumentos e as transformações na estrutura de produção agrícola. In: MARTINE, G.; GARCIA, R. C. (Org.), *Os impactos sociais da modernização agrícola*. São Paulo, Caetés, p. 19-39.
- MOORE JÚNIOR, B. 2010. *As origens sociais da ditadura e da democracia: senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. Lisboa, Edições 70, 592 p.
- NEVES, D. P. 2008. Mediação social e mediadores políticos. In: _____. (Org.), *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Porto Alegre, UFRGS: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, p. 21-44.
- NUSSBAUMER, B.; COWAN ROS, C. 2011. *Mediadores Sociales: en la producción de practicas y sentidos de la política pública*. Buenos Aires, CICCUS, 240 p.
- PALMEIRA, M. 1989. Modernização, estado e questão agrária. *Estudos avançados*, 03(07): 87-108.
- PEREZ-CASSARINO, J. 2012. *A construção social de mecanismos alternativos de mercados no âmbito da Rede Ecovida de Agroecologia*. Curitiba, PR. Tese (Doutorado em Meio Ambiente e Desenvolvimento). Universidade Federal do Paraná – UFPR, 479 p.
- RADOMSKY, G. F. W. 2009. Práticas de certificação participativa na agricultura ecológica: rede, selos e processos de inovação. *IDeAS*, 3(1): 133-164.

- _____. 2010. *Certificação participativa e regimes de propriedade intelectual*. Porto Alegre, RS. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, 302 p.
- ROSSET, P. 2017. A territorialização da agroecologia na disputa de projetos, e os desafios para as escolas do campo. In: RIBEIRO, D. S. et al. (Org.), *Agroecologia na educação básica: questões propositivas de conteúdo e metodologia*. São Paulo, Outras Expressões, p. 83-92.
- UNICOOPER ONLINE. 2018. Quem somos. Disponível em: <<http://unicooper.com.br/>>. Acesso em: 18/05/2018.
- VELHO, G. 1981. *Individualismo e cultura: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 149 p.
- _____. 2003. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 137 p.
- VIANNA, L. 2001. O rei do meu baião: mediação e invenção musical. In: VELHO, G.; KUSCHNIR, K. (Org.), *Mediação, cultura e política*. Rio de Janeiro, Aeroplano, p. 61-88.
- WANDERLEY, M. de N. B. 2003. Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 21: 42-61.

Submetido: 17/12/2018

Aceite: 11/06/2019